

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	13
 1. ESTRUTURA DO PODER DE POLÍCIA	
1.1 Terminologia e sentido do poder de polícia	16
1.1.1 A expressão “poder de polícia”: breves comentários ..	18
1.1.2 Poder de polícia e polícia administrativa	20
1.2 Poder de polícia e institutos jurídicos análogos	23
1.2.1 Polícia administrativa e polícia judiciária	23
1.2.2 Polícia administrativa e serviços públicos. “Polícia de prosperidade”; coação. Fomento	28
1.2.3 Poder de polícia e poder disciplinar. A supremacia especial do Estado (breves comentários)	40
1.2.4 Poder de polícia e poder de tributar. Taxas de polícia ..	47
1.2.4.1 Unidades temáticas do direito administrativo ..	48
1.2.4.2 Formas do poder de tributar: deveres acessórios, tributos e penalidades administrativo-tributárias. As “taxas de polícia”	53
1.2.5 Poder de polícia e domínio eminente (desapropriação, servidão administrativa e requisição)	65
1.2.6 Polícia geral e polícias especiais. O princípio da legalidade	70
1.3 Condicionamentos da liberdade e propriedade	
1.3.1 Perfil jurídico da propriedade e liberdade dos administrados	77

1.3.2	<i>Propriedade e função social</i>	80
1.3.3	<i>“Limitações administrativas” e função social da propriedade</i>	85
2.	COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO PODER DE POLÍCIA	111
2.1	A Federação brasileira	112
2.1.1	<i>Distribuição de competências na Constituição</i>	
2.1.1.1	<i>Critério fundamental</i>	116
2.1.1.2	<i>Competências legislativas</i>	118
2.1.1.3	<i>Competências materiais, administrativas ou de execução</i>	
2.1.1.3.1	<i>Critério básico na polícia administrativa</i>	125
2.1.1.3.2	<i>Outorga a particulares</i>	136
2.1.1.3.3	<i>Trespasse a entidades políticas</i>	157
2.2	Deveres-poderes da Administração. Os princípios da proporcionalidade e finalidade. Competência vinculada e competência discricionária	166
2.2.1	<i>Deveres-poderes dos agentes públicos</i>	170
2.2.2	<i>Princípios da proporcionalidade e da finalidade</i>	175
2.2.3	<i>Razoabilidade da lei ao atribuir competência discricionária à autoridade para impor penalidades administrativas</i>	181
2.2.4	<i>Atos administrativos: competências vinculada e discricionária</i>	190
2.2.4.1	<i>Atos gerais; atos abstratos</i>	194
2.2.4.2	<i>Atos concretos; atos individuais</i>	196
2.2.4.2.1	<i>Ampliam a esfera jurídica dos particulares</i>	197
2.2.4.2.2	<i>Restringem a esfera jurídica dos administrados: medidas cautelares e penalidades administrativas</i>	201

2.3 Atributos dos atos administrativos e o poder de polícia ...	208
2.3.1 “Presunção de legitimidade” dos atos administrativos. A questão do “ônus probatório”	216
2.3.2 Imperatividade dos atos administrativos	232
2.3.3 Exigibilidade e executoriedade dos atos administrativos	237
3. CONCLUSÃO	243
BIBLIOGRAFIA	248